

1/02/11  
3 pp

# SUMÁRIO

Apresentação .....	3
<b>Conferência</b>	
<i>Conjuntura, a Universidade e o profissional</i> Luiz Eduardo Wanderley .....	5
<b>Artigo</b>	
<i>O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira</i> Alba Maria Pinho de Carvalho .....	17
<b>Painel</b>	
<i>Teoria, método e história na formação profissional</i> José Paulo Netto e Vicente de Paula Faleiros .....	43
<b>Debate</b> .....	73



## CADERNOS ABESS 1

— O processo da formação profissional do assistente social

**Conselho editorial:** Alba Maria Pinho de Carvalho, Ana Maria Petronetto Serpa, Elizete Cardozo, Josefa Batista Lopes, Maria Carmelita Yazbek, Maria Helena de Almeida Lima, Maria Helena Rauta Ramos, Marilda Villela, Nobuco Kameyama e Vicente de Paula Faleiros.

**Diretoria da ABESS (Gestão 85/87):**

Eugênia Célia Raizer — Presidente

Ana Maria Petronetto Serpa — Secretária

Maria Madalena do Nascimento Sartin — Tesoureira

Maria Inês de Souza Bravo — Supl. de Presidente

Sandra Antônio Arbex — Supl. de Secretária

Leila Maria Vello de Magalhães — Supl. de Tesoureira

**Capa:** Paulo F. Leite

**Revisão:** Flora Fernandes

**Produção gráfica:** Ciça Corrêa

**Produção editorial:** José A. Cardoso

**Supervisão editorial:** Antonio de Paulo Silva

Os Cadernos ABESS são uma edição da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social e da Cortez Editora, os quais aceitam colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação.

Os textos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviados para a ABESS, Depto. de Serviço Social da Univ. Fed. do Espírito Santo — Campus Universitário — Goiabeira — 29.000 — Vitória — ES.

Edição, Publicação e Comercialização

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111

05009 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil

Outubro de 1986

# apresentação

Com este número, iniciamos a série Cadernos ABESS que pretende se constituir num espaço de circulação de idéias e de estímulo ao debate, à crítica e à produção teórica no âmbito do Serviço Social.

Seus objetivos se colocam dentro da necessidade de contribuir para a constante superação do debate profissional no interior do Serviço Social, com vistas a estabelecer uma relação efetiva e dinâmica entre a profissão e as demandas da sociedade.

Pretende ser o primeiro de uma série, para o qual esperamos contar com a efetiva participação de professores, alunos, supervisores, profissionais e pesquisadores de Serviço Social e áreas afins. A série Cadernos ABESS publicará artigos, conferências, entrevistas, debates, sínteses de TECs, TCCs e de monografias, trabalhos de alunos de graduação e de pós-graduação *lato e stricto sensu*, desde que constituam material relevante para o projeto de formação e de prática profissional que vem sendo forjado no interior da profissão.

\* \* \*

Este primeiro número dos Cadernos ABESS, efetivando a proposta da entidade, de difundir e impulsionar o debate coletivo sobre a formação profissional no âmbito do Serviço Social, divulga os eixos temáticos da 24.ª Convenção da Associação Nacional de Ensino em Serviço Social, realizada em Niterói-RJ, no período de 2 a 7 de setembro de 1985.

Congrega palestras em torno dos temas: *Conguntura Nacional e Formação Profissional*, reunindo intervenção dos professores Luís Eduardo Wanderley e Alba Maria Pinho de Carvalho; *Teoria, Método e História na Formação Profissional*, que contou com a participação de Tereza Quiroz (CELATS) e dos professores José Paulo Netto (PUC-SP) e Vicente de Paula Faleiros (UnB).

A participação de colegas, que têm tido uma séria e estimulante contribuição à produção acadêmica, não só no âmbito do Serviço Social, mas extrapolando-o para o amplo campo do social, vem enriquecer qualitativamente a discussão. Discussão essa que versa sobre questões

cruciais que perpassam as preocupações dos setores mais comprometidos em imprimir uma nova qualidade teórica e profissional à formação universitária, enraizada nos dilemas hoje vividos pela sociedade brasileira e, em especial, por seus protagonistas mais ativos que se lançam na construção coletiva de alternativas históricas novas para a vida social.

As análises aqui apresentadas são, no entanto, representativas da *trajetória de um debate* que vem sendo travado no interior das Universidades de Ensino de Serviço Social, articulado pela ABESS nas várias regiões do país, com o envolvimento diferenciado de docentes, discentes e profissionais. Estão inscritas, pois, dentro de um movimento mais amplo, que articula parcelas expressivas da categoria, direcionadas a repensar o Serviço Social face às particularidades históricas da sociedade brasileira e do contexto latino-americano. Trata-se da busca de um projeto profissional crítico que, respaldado na melhor herança clássica e contemporânea do pensamento social na modernidade, seja capaz de responder aos desafios colocados pela História à profissão como atividade inscrita na divisão social do trabalho, seja do ponto de vista do desenvolvimento da sociedade, da identidade da própria profissão e das respostas teórico-práticas no âmbito profissional que se desdobrem em elementos impulsionadores do movimento de superação desse modo de organização da vida e do trabalho em sociedade.

Assim sendo, os textos aqui apresentados são parte de uma *polêmica* hoje presente no interior do heterogêneo conjunto que conforma a categoria profissional, indicando uma luta pela hegemonia teórica e política no cenário da prática acadêmica e profissional do Serviço Social, expressão, nesse âmbito singular, da própria luta presente no movimento das classes sociais.

Importa destacar, finalmente, que essa publicação revela um *avango* no repensar profissional, seja quanto à síntese da problematização efetuada sobre a formação profissional universitária na atual conjuntura, seja quanto à apresentação dos fundamentos e da crítica de concepções sobre história, teoria e metodologia norteadoras das formulações sobre o ensino do Serviço Social.

É do confronto de pontos de vista, solidamente construídos e fundamentados, que se descortinam alternativas inovadoras para a docência e a prática do Serviço Social. Nesse sentido, a prática do debate coletivo que a ABESS aqui apresenta merece nosso apoio, assim como cria novas esperanças de que ele se multiplique cada vez mais no interior da categoria profissional.

*Conselho Editorial*

*Cadernos ABESS*



# conferência

## Conjuntura, a universidade e o profissional

Luiz Eduardo Wanderley\*

Quero desde logo agradecer essa possibilidade que a ABESS me propiciou de estar aqui com vocês nesse diálogo, cujo tema é vasto; pedir-me para falar sobre "Conjuntura, a Universidade e o profissional". Evidentemente que seria impossível aprofundar aqui todos esses tópicos. Vou fazer uma análise mais como um pano de fundo, para que depois a professora Alba Carvalho possa trazê-lo para o Serviço Social. Farei uma reflexão mais abrangente que vale para qualquer tipo de profissional, e, posteriormente, ela poderá utilizá-la para a realidade de vocês.

### 1. CATEGORIAS PARA ANALISAR CONJUNTURA

Quando se pretende uma *análise de conjuntura*, a primeira grande dificuldade que surge é que é impossível fazê-la sem conhecer a *estrutura*. A conjuntura é uma espécie de destaque, um corte que nós fazemos dos processos mais profundos na estrutura social. É como se fosse uma espécie de pulsação da realidade, alguma coisa que nós destacamos para captar em profundidade algum elemento mais significante na realidade, que é exatamente o processo histórico. Envolve, portanto, estrutura e processo, estática e dinâmica sociais.

Quem não conhece bem a estrutura, terá visões parciais, limitadas na conjuntura. Como cada profissão no fundo é uma divisão do conhecimento, a universidade já vai ter esse limite concreto. Cada profissão vê uma área da realidade e perde a visão do todo. Essa é a grande dificuldade para uma boa análise de conjuntura.

---

\* Reitor da PUC-SP, doutor em Sociologia e professor do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais daquela Universidade.

Nós, cientistas sociais, ao nos defrontarmos com a realidade, temos facilidade em analisá-la, depois que o fato aconteceu; e muita dificuldade para analisar aquilo que vai acontecer.

Vou comentar uns 4 ou 5 pontos, de categorias gerais para uma análise de conjuntura, descorrinando esse pano de fundo mais abrangente, que seria essa tentativa de visão de totalidade. Enquanto que no processo social as categorias principais são as classes sociais, os grupos sociais que aparecem de uma maneira mais essencial, na conjuntura, são as personalidades, os indivíduos. Assim, por exemplo, apareceram Tancredo, Sarney, mas eles são expressões de um processo mais profundo, representam os interesses, aspirações de grupos e classes sociais. Na conjuntura, pelo próprio destaque que os meios de comunicação de massa oferecem, são eles que aparecem de uma maneira mais fulgurante. Por isso que já se disse que analisar conjuntura é como armar um teatro formado de atores e de situações; em cada cenário um ator entra e sai de cena. Numa semana um ator vai ser o principal, na outra, um outro o será, e isso dificulta uma análise de conjuntura, se não formos ao fundamental para saber os reais interesses que essa personalidade, esse ator, representa no processo. Este é o primeiro ponto.

Um segundo ponto é que na conjuntura, como é exatamente um corte, um destaque de alguma coisa que é fundamental na estrutura, eu posso construir cenários múltiplos. Posso analisar, por exemplo, o cenário cultural, o cenário militar, o cenário religioso, o cenário universitário. Isso impede uma visão mais abrangente se o analista não estiver atento. Como articular esses cenários e ter um fio condutor?

Um terceiro elemento é que nós vivemos numa sociedade de classes, que é conflitiva por natureza. Assim sendo, as visões de conjuntura também são conflitivas, são plurais. Não existe *uma* visão de conjuntura. Nós que vivemos no mundo universitário, no mundo acadêmico, nos defrontamos com essa realidade cotidiana: as várias teorias, os vários conceitos que tentam captar essas realidades. Ora, para cada indivíduo seria muito cômodo uma visão de conjuntura, onde ele teria a explicação e os caminhos a percorrer. Mas o problema é que há várias visões de conjuntura, e são conflitivas. Assim se pode analisá-las do ponto de vista do dominante ou do ponto de vista do dominado, da burguesia ou dos trabalhadores.

E por último, toda análise de conjuntura tem um envolvimento pessoal e emocional de cada um de nós. É aquilo que eu chamo de "opção preferencial" de cada um. Quer dizer, nós temos, de acordo

com as nossas idiossincrasias, nossa história, nossa formação, um empenho, uma vontade, uma atuação, que também são diferenciadas de uma para o outro. Uns são mais combativos, mais militantes; outros são mais retratados, moderados, e isso condiciona também uma análise de conjuntura, porque deriva de um enfoque pessoal, profissional, emocional. Analisar a realidade precisa de paixão, identificar-se com o objeto de estudo e com as pessoas que se está estudando, para que essa análise seja vigorosa, produza efeitos, e não seja análise abstrata, que não fecunda realmente a prática.

Haveria outros elementos, mas esses já mostram como é complexa uma análise de conjuntura. Vou entrar em alguns aspectos dessa análise para ter um panorama, e a partir daí ver que práticas são possíveis para um profissional hoje. Em termos estruturais, eu destacaria alguns tópicos que me parecem significativos, sabendo que eles não esgotam toda a análise necessária.

## 2. ASPECTOS CONJUNTURAIS RELEVANTES EM FUNÇÃO DE QUESTÕES ESTRUTURAIS

2.1. Sabemos que o capitalismo vive uma crise permanente. Hoje se fala muito que o Brasil está em crise, mas ele está em crise desde que entrou no processo de expansão capitalista. O problema é que, nesses últimos anos, estamos vivendo um acirramento, uma acentuação da crise capitalista. Uma acentuação externa, internacional; uma acentuação interna, nacional; e as duas estão umbilicalmente ligadas. Por isso que a crise torna-se mais profunda, na medida em que ela é mundial e ao mesmo tempo é nacional. Nessa crise, surge como um elemento referencial a *dívida externa*.

O que nos interessa analisar aqui, a respeito da dívida externa? A dívida externa é hoje na América Latina, na África e na Ásia o limite máximo da soberania. Quer dizer, nós temos uma dívida, hoje, que é impagável. Ela cortó a soberania nacional. Quem decide os destinos maiores da política econômica brasileira é o Fundo Monetário Internacional (FMI), e não o governo brasileiro. A dívida é o limite da autonomia de uma Nação. Nós vivemos numa dependência profunda, estrutural, de um sistema globalizante que é chamado de transnacionalização do capital. O capital transnacional detém hoje a capacidade de interferir nos destinos desse país.

Ora, como vamos depois falar num projeto de transformação, temos que considerar esse limite histórico. Vocês pensam na Nicarágua,

que consegue fazer um processo de transformação, que busca sair fora desse sistema, e enfrenta uma pressão terrível dos Estados Unidos. Pensem em Allende, no Chile, e a escalada que o derrubou com forte injunção externa.

Dentro desse parâmetro da dívida externa, entram duas posições econômicas em jogo: os *monetaristas* e os *estruturalistas*. Quem tem lido o jornal ultimamente vê que o novo ministro da Fazenda montou uma equipe de cunho estruturalista. Será que isso é tão distinto da monetarista? Em tese sim, na prática nem tanto. Os monetaristas cuidam do equilíbrio financeiro da Nação. O que eles querem é chegar no fim do ano com o orçamento em ordem: quanto entrou, quanto saiu, quanto nós estamos devendo, quanto é possível pagar e quanto obter de reservas. E tomam as medidas decorrentes. Dependem da política do Fundo Monetário Internacional, das exigências dos bancos internacionais. Combatem a estatização.

Os estruturalistas defendem que é preciso fazer modificações profundas na estrutura da economia, das instituições, ou então não se vai resolver o problema financeiro, o problema fiscal, o problema tributário. Os estruturalistas procuram atacar causas, mas como a dívida ganhou uma dimensão tão grande, os banqueiros é que decidem sobre o sentido e ritmo do processo de industrialização. No plano interno, quem concorda são os banqueiros associados a certos empresários. Se essa equipe tiver realmente o desejo de mudar, ela vai encontrar um obstáculo fundamental nesse sistema financeiro internacional, que oprime e corrói as entranhas do país, e no sistema financeiro interno.

Por outro lado, nesse jogo de monetaristas/estruturalistas entra uma dificuldade grande, que são as teses dos chamados "ortodoxos", que dizem que nós temos que resolver primeiro o problema financeiro, depois vamos resolver o problema econômico, de produção, de retomada do desenvolvimento. E há um pequeno grupo dentro da Aliança Democrática do PMDB que gostaria de uma política social mais efetiva: habitação, saúde, educação, transporte. E esse é o grande conflito dentro do governo: há um grupo que diz que não há dinheiro, todo o dinheiro que existe é para resolver o impasse financeiro. E o outro grupo que diz: há dinheiro, basta saber alocá-lo. E vamos organizar novas políticas sociais, porque senão esse país vai implodir dentro de poucos anos. Um grupo quer eliminar a inflação, outro controlá-la.

2.2. Essas duas vertentes disputam, hoje, a hegemonia do plano governamental dentro do país. Ora, sabemos que, desde 64 e mesmo com a chamada Nova República, a *política social* tem algumas características fundamentais. Primeiro ela cumpre um papel simbólico. Quando

todos os governos dizem que a meta é o *homem*, ou querem um plano de desenvolvimento econômico e social, esse social aparece aí como força de atração. Forjam-se projetos mirabolantes nessa área social, porque isso dá *status* para o governo, anestesia a consciência coletiva das questões estruturais.

Um segundo papel, mais fundamental ainda, é dar legitimidade ao governo. Quer dizer, um governo que precisa de bases de apoio e não as tem, tenta conquistar a população com as políticas sociais, para ver se consegue legitimar-se no processo político.

Um terceiro papel é o de utilizar as políticas sociais para cooptar as lideranças dos movimentos populares através, por exemplo, dos Centros Sociais Urbanos, Conselhos Comunitários etc.

E ainda teria uma dimensão fundamental no sistema capitalista, que é o de buscar os conflitos entre o capital e o trabalho. Claro que a política social foi criada para atender as reivindicações dos trabalhadores e eliminar tensões e conflitos entre as classes sociais. Essas políticas sociais cumprem um papel fundamental no plano ideológico, na superestrutura, e influenciam inclusive a estrutura econômica do país.

2.3. Com estes elementos sociais e econômicos, passemos para a *conjuntura política*.

Era preciso fazer a transição política. A campanha das *Diretas Já* mobilizara o país, mas o Congresso frustrou a população. Uma personalidade histórica conseguiu unir várias forças sociais e vencer as eleições indiretas. Ele era a garantia de um pacto frágil. A morte de Tancredo foi um acontecimento manipulado pelos meios de comunicação de massa, através de elementos ideológicos, míticos, religiosos e políticos. E quando se mistura todos esses ingredientes — mitologia, religião, política e poder — isso mexe com as pessoas. Foi um momento difícil da Nação. Acontece que desse processo saiu um ministério e um governo que não têm legitimidade, porque ele era um símbolo da conciliação nacional, ele era uma expectativa que os meios de comunicação levaram até às últimas consequências, e essa figura desaparece do cenário nacional. Como seguir adiante?

Esse ministério era o aval daquele que desapareceu. É um ministério novo, de um corpo de políticos que não tem legitimidade. Ele deverá ser modificado em breve e buscar a sua legitimação. Teremos também eleição para prefeito e eleição para governador o ano que vem. Ora, essas eleições tendem a dividir a sustentação do governo, como dividiram a Aliança Democrática em várias capitais do país, mos-

trando a falta de legitimidade dessa aliança e a sua falta de substância! Surgem também siglas de aluguel. Não é à toa que nós já temos cerca de 22 siglas. Imaginem na cabeça do povo, como é que ele vai conseguir optar entre 22 siglas? O que significa isso para uma liderança popular, para uma pessoa mais simples, um analfabeto?

O instrumento que nós teremos para tentar dar legitimidade a uma nova situação e caminhar para a frente é a Constituinte. Mas como as forças conservadoras aliadas às forças liberais têm a hegemonia no país, já condicionaram a Constituinte: uma Comissão Nacional de Estudos Constitucionais, que vai traçar a "minuta" da Constituição e um projeto do governo, que quer um Congresso com poderes constituintes. Ora, se essas duas coisas acontecerem — e uma já aconteceu, a comissão será nomeada essa semana, e a outra ainda está no Congresso —, a Constituinte terá um sentido dado pelo governo. Quer dizer, a Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, que teria a capacidade de dar uma nova legitimidade e tentar um novo processo de organização social e política, já perdeu. O que nós podemos dinamizar é o processo. Tenho insistido que há duas tarefas importantes para todos nós na Universidade e fora da Universidade, que é a *Campanha da Constituinte*. Nós vamos ter um ano e meio de grandes debates com a população, que é exatamente o oposto do que aconteceu com as *Diretas Já*, onde houve grandes mobilizações, mas o povo não falava. Agora há chance de falar: nos bairros, nas comunidades, nos sindicatos, nas igrejas, nos partidos. É um momento precioso da realidade nacional. Se nós não soubermos aproveitá-lo, vamos perder um avanço histórico nesse país. Nós temos que garantir um processo de conscientização, quer dizer, sensibilizar e organizar o povo para discutir os grandes temas nacionais. Mas, mais do que isso, ir destacando quais são os temas da nova Constituição. Eleger, se possível, representantes populares que vão defender esses temas na próxima Constituição, buscando introduzir coisas novas, ao menos uma democracia social efetiva?

### 3. PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO POPULAR

Com esse quadro superficial que aparentemente é pessimista, mas que eu pretendo seja realista, vamos destacar um ponto fundamental.

1. Como se sabe, o Ministério mudou e o Governo, desgastado, ganhou nova legitimidade com o Plano Cruzado. A Aliança mantém-se precariamente a nível nacional e rompida em vários Estados.
2. A tese do Congresso Constituinte venceu e a Comissão elaborou um documento mais progressista do que o Governo pretendia o que o obri-

Nesse conjunto de forças sociais surgido nos últimos anos, apareceu um novo sujeito da transformação social, que é o movimento popular. Este movimento popular é heterogêneo, a sua constituição é muito diferenciada porque há trabalhadores autônomos, camponeses, operários, subempregados, desempregados, favelados, cortiçados. Por isso, é um conjunto vasto, muito rico, mas muito diversificado nos seus interesses. Contudo, é um movimento poderoso, se crescer e souber se organizar. Nele estão as raízes de uma democracia efetivamente diferente. Só que é um movimento ainda muito iniciante, e se ele não for apoiado por todas as forças progressistas, pode morrer ou perder o seu caminho.

Esse novo sujeito histórico tem dois grandes problemas a enfrentar:

- a) qual é o seu projeto de sociedade, que vai apresentar inclusive na Constituinte;
- b) qual é a utopia que move esse movimento popular.

O grande projeto do movimento popular é negar esse sistema e lutar pela construção de um outro. Mas isso não está claro na consciência da maioria do movimento popular e sim de setores e lideranças. Ele hoje luta pela sua própria sobrevivência: comer, morar, ter saúde. Dar esse passo qualitativo para a construção de um projeto de uma nova sociedade é o vetor, o norte desse movimento popular. Contudo, ele não pode ficar na estratosfera nem como bandeira de luta apenas, mas tem que se enraizar em projetos concretos. E alguns projetos concretos são fundamentais. A reforma agrária, por exemplo, é um deles. E no momento em que o governo apresenta um projeto de "revisão agrária", que mexe pouco na estrutura, criou-se uma reação desproporcional nas forças conservadoras, que estão manipulando inclusive os meios de comunicação de massa. Isso mostra, neste país, como essas forças conservadoras ainda pesam, porque elas detêm os instrumentos ideológicos, os instrumentos de comunicação, o poder econômico e político. Uma reforma agrária inteligente e bem executada é base para combater a miséria e melhorar o nível de vida.

Uma segunda reforma fundamental é no setor do trabalho. Quer dizer, garantir o direito ao trabalho, mudar a estrutura do sindicato, a lei de greve. Aqui está outro conjunto fundamental desse projeto do movimento popular, no qual ele tem que apresentar propostas substanciais para o futuro.

Gou a dizer que não irá enviá-lo ao futuro Congresso, a não ser que este o solicite.

Uma terceira seriam aquelas propostas que o movimento popular já vem apresentando como alternativas ao que está aí. Em vários municípios do Brasil, hoje, existem projetos concretos, pequenos, ao nível de sindicato, ao nível de uma associação de moradores, de uma associação de bairro, de uma comunidade de base, mas que já apontam na direção dessa sociedade nova, mais solidária, mais justa, mais humana. Esses são só embriões da nova sociedade que nós queremos construir, na direção de uma democracia que vem de baixo para cima e não de cima para baixo. Complexo e difícil é articulá-los com o Estado contrador que temos. Como democratizar este Estado?

Se o movimento popular conseguir fazer passar essas reformas, já estará dando passos para uma efetiva democracia popular, onde, então, a imensa massa dos trabalhadores será sujeito do processo, e não objeto como vem sendo até hoje. Mas esse projeto só se sustenta baseado numa utopia. Utopia não é um mero ideal, utopia não é imaginação. Utopia é o projeto possível da sociedade do amanhã, mais humana e mais justa. Ela nunca vai ser alcançada em plenitude, mas temos que buscar alcançá-la de alguma forma: aquilo que é o mais justo possível e o mais humano possível, hoje. Nessa linha, utopia é aquilo que puxa a sociedade para esse projeto possível, que garante a nossa esperança. Alguém pode dizer: "bom, mas isso que você está falando é muito vago". É vago se não for traduzido naquilo que é concreto. Qual é a tradução disso, que é aquilo que é mais justo e mais humano possível hoje? É a satisfação das necessidades fundamentais das maiorias.

Uma economia que não satisfaça essas necessidades fundamentais, escola, casa, comida, saúde, transporte, essa economia é uma economia de morte e não uma economia de vida. Esse é o grande dilema dessa Nação. Discutem-se teses monetaristas e estruturalistas, discutem-se finanças e políticas sociais, e esquece-se da economia de vida.

#### 4. ONDE ENTRA A UNIVERSIDADE

Esse novo sujeito que é o movimento popular, com esse projeto de transformação da sociedade e com essa utopia concreta, se defronta, agora, conosco: nós, os intelectuais, os profissionais. E aqui, então, destacarei um aspecto interessante da conjuntura. Além de toda essa crise econômica, política, social e cultural, vivemos hoje uma crise de teoria para explicar a inflação da dívida externa, a crise dos partidos e da representação política. E essa crise da teoria se dá dentro do socia-

lismo e dentro do capitalismo, por isso que fica mais difícil ainda o projeto de construção da nova sociedade.

Ora, é na Universidade onde se encontra o lugar por excelência de discussão da teoria, já que ela é discutida também em outras esferas. É nela que se deveria produzir os novos conhecimentos, para essa realidade concreta, para esse projeto novo de país. Mas esses conhecimentos são mínimos na Universidade, não estão aparecendo. Então, essa crise da teoria é algo hoje fundamental.

Um aspecto dessa crise: é preciso *desestatizar o pensamento*. Só se pensa a transformação a partir do Estado, e não a partir da sociedade civil, do fortalecimento do movimento popular. É preciso uma nova teoria que desestatize o pensamento. É o pensamento sobre a cidadania, sobre os conflitos da sociedade civil que vai oferecer os meios para controlar esse Estado todo-poderoso, autoritário e contrador que nós temos. Precisamos criar um novo Estado democrático, soberano. Outro aspecto: é necessário *nacionalizar o Estado*, que é transnacional, e cuida predominantemente dos interesses privados das multinacionais, dos setores dominantes e não dos interesses públicos. A crise da teoria também aponta para sínteses provisórias. Ninguém tem a grande teoria que vai explicar tudo. E na soma dessas sínteses provisórias vamos encontrar os novos caminhos desejados.

Somos aprendizes de democracia, porque o autoritarismo penetrou a nossa formação, está nas nossas atitudes, nos nossos comportamentos. Gosto de uma frase que é tirada de Paulo Freire: "É preciso conviver com o diferente, para combater o antagonico". Essa é a grande dificuldade nossa, conviver com outro que é diferente da gente, que discorda da gente, dentro do Departamento, da Faculdade, do Centro, da Universidade, da Secretaria de Estado. Saber conviver com o outro que tem uma posição diferente da gente, mas que é nosso aliado na luta comum contra o antagonico. Vai ser uma prática "dolorosa" que está acontecendo nas universidades, com as eleições, os novos colegiados, que está acontecendo nos sindicatos, nas Igrejas. Aprendendo com as práticas democráticas seremos democratas.

A Universidade brasileira, pela sua estrutura histórica, está descolada e desligada da realidade social, local, regional e nacional, com raras exceções de alguns professores, estudantes e funcionários que são capazes de captar essa realidade e estão tentando movê-la. Mas a Universidade como um todo está muito distante da realidade brasileira. Ora, uma Universidade só tem sentido histórico, se ela responde aos desafios postos pela realidade, alguns dos quais expus aqui hoje. São



esses dilemas que questionam, reptam a Universidade; e ela, ou vai apresentar subsídios, soluções, interpretações possíveis para essa realidade, ou então não vai ter mais nada a dizer...

Como a Universidade vai responder a esses desafios? Por meio de dois processos instrumentais que hoje animam o debate universitário: a *autonomia* e a *democratização*. Uma Universidade que não é autônoma para saber escolher os seus currículos, os seus programas, a sua forma de poder, será dependente e atrelada ao governo, ao MEC, ao CFE, e não terá, então, capacidade própria de se desenvolver. Por isso que o grande tema da reforma universitária, hoje, é a autonomia. Mas não uma autonomia abstrata, uma autonomia real. Escolher os seus currículos, seus programas, escolher as suas formas internas de poder, de governo, escolher os projetos de intervenção social que ela vai fazer. E essa autonomia se casa organicamente com a democracia. A Universidade deve romper com estruturas centenárias de autoritarismo, paternalismo, fisiologismo, dando exemplos inclusive de que é possível uma democracia efetiva através das práticas dos estudantes, práticas dos professores, das práticas dos funcionários. Pode acontecer até que o processo externo esteja se democratizando, e a Universidade esteja fechada nos seus muros, voltada para o seu próprio umbigo, em vez de estar voltada para o mundo.

Unir autonomia e democratização são os grandes instrumentos que ela tem nesse momento. Para quê? Para atingir as suas finalidades básicas. E quais são as finalidades básicas? Produzir e difundir conhecimentos pela integração do ensino, da pesquisa e da extensão. A autonomia e a democratização são meios, "climas" favoráveis, instrumentos para que o ensino seja sério e competente, para que haja pesquisa pura e aplicada, e uma extensão que ligue realmente a Universidade à sociedade.

Estou dando pistas bem gerais, porque depois a prof.<sup>a</sup> Alba vai retomar isso para o Serviço Social. No ensino, temos que redefinir o que é a *formação geral* e a *formação profissional*. A Universidade não pode ficar mais vinculada à formação profissional apenas. Ela tem que formar o homem de cultura, o intelectual, tem que formar o técnico e o profissional responsáveis, aqueles que irão questionar e intervir na realidade. Tudo isto requer uma sólida formação geral que capacite as pessoas para a vida, que forneça espírito, que imprima responsabilidade individual e coletiva, uma dimensão ética, e uma formação profissional adequada para o desenvolvimento. Ensino com pesquisa sistemática, individual e coletiva, que aproveite as metodologias e técnicas dos pesquisadores clássicos e contemporâneos, que

aprofunde as reflexões sobre a pesquisa participante, e cujos resultados sejam amplamente divulgados.

Uma extensão que não seja assistencialismo ou substituição de coisas que o Estado deve assumir, mas que realmente vincule cada instituição de ensino com a realidade da sua comunidade, seu bairro, de seu Estado, da sua região. Uma extensão que envolva a Universidade nos programas de desenvolvimento da região e do Estado. Uma Universidade que seja chamada a participar dos órgãos regionais e estaduais de planejamento.

Para realizar estas finalidades e metas, deve haver condições de trabalho e recursos. O professor hoje, principalmente de primeiro e segundo grau, está em situação muito precária. O professor universitário que trabalha só na Universidade está também nesta situação. Ora, um professor sem estímulo, sem vontade, pelas precárias condições de trabalho, não vai fazer nada disso. Ele vai lutar pela sua sobrevivência. Essas são condições instrumentais necessárias, indispensáveis. Sem recursos substantivos, sem condições de trabalho, nem o professor, nem o funcionário vão ter condições para poder se desenvolver. Sem esquecer que tem havido também muita ociosidade e improdutividade que é preciso eliminar.

## 5. O PROFISSIONAL NESTE CONTEXTO

E, para terminar, o profissional diante desse contexto — eu costumo dizer que utilizando algumas teorias que já são muito conhecidas de vocês — deve ser sinônimo de *competência* e *compromisso social*. Numa expressão mais técnica: *especialista mais político*.

Vou tentar explicar o significado destes termos. Competente é o membro da comunidade universitária que cumpre bem as suas funções, que atua de maneira crítica e responsável. Competente é esse cidadão que é capaz de intervir na sociedade para sua mudança, sua transformação. Competente é aquele profissional que tem uma visão ética da sociedade: combatendo a corrupção, o individualismo e lutando pela justiça, pela solidariedade. Essa é a formação universitária que nós queremos, que é capaz de descobrir as novas teorias, os novos conceitos que deêm conta dessa realidade nacional que nós estamos vivendo. Tem muita coisa no profissional para ele ser competente, que vem da sua formação universitária e da sua prática concreta como profissional. Porque é exatamente da ligação da teoria com a prática que ele vai fazer a práxis, a intervenção lúcida e concreta na realidade.

O profissional é também um *educador*. Um educador da sua família, do seu meio, da sua comunidade, da sua secretaria. Ele educa os clientes, ele educa os seus próprios companheiros. O profissional é um *organizador*, aquele que é capaz de organizar comunidades, organizar suas associações de classe. Para ser um intelectual de sua classe social, ele precisa ter consciência e tomar posições. Para ser intelectual orgânico, ele precisa estar ligado aos reais interesses de sua classe social. Deste modo, ele pode estar a serviço das classes dominantes ou das classes subalternas, sendo que a tendência maior é estar com os primeiros. Nestes últimos anos, muitos profissionais tentam se colocar a serviço dos setores populares, com competência e compromisso social. Ou seja, política é fundamental. Todo profissional tem uma prática política, para a mudança ou para a manutenção do *status quo*. E onde ele exerce essa prática política? Na universidade, na secretaria, na empresa, no sindicato, na associação de classe e no partido político. A crise partidária afasta a militância, mas muitos assumem hoje a vida partidária. A política não se faz só no partido mas em todos esses lugares: no sindicato, na associação de classe, na família, na profissão. Essa articulação da prática política partidária, com a prática política associativa, com a prática política do cotidiano, é que vai dar essa dimensão política profunda ao profissional. O profissional que for capaz de unir essa competência de educador, organizador e formador de consciência, e tiver uma prática política fundamental na sua associação, no seu partido, ele conseguirá, então, ser intelectual orgânico capaz de colaborar com o movimento popular na construção desse novo projeto de homem e de sociedade democrática que queremos para o Brasil.